



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0862071/CJF

1. Definição do objeto (art. 6º, XXIII, "a", lei n. 14.133/2021)

1.1 Contratação de subscrição do software Enscape ArchDesign Collection, solução de renderização em tempo real integrada ao Autodesk Revit, incluindo direito de uso, suporte técnico oficial e atualizações durante a vigência contratual, destinada a atender às atividades de modelagem, visualização e validação de projetos arquitetônicos no âmbito da Secretaria de Gestão de Obras do Conselho da Justiça Federal – CJF.

1.2 O fornecimento dos bens e serviços, descritos neste Termo de Referência, é composto dos seguintes itens:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Enscape ArchDesign Collection – Licença fixa incluindo direito de uso, atualizações e suporte técnico oficial	Subscrição	2
2	Enscape ArchDesign Collection – Licença fluante, incluindo direito de uso, atualizações e suporte técnico oficial	Subscrição	2

1.3. Compõem este Termo de Referência os seguintes anexos:

1.3.1 Anexo I – Termo de Confidencialidade e Sigilo da Contratada.

1.4. Requisitos da contratação (art. 6º, XXIII, "d" c/c art. 18, §1º, III, lei n. 14.133/2021)

1.4.1 Requisitos de Negócio

1.4.1.1 As subscrições deverão ser fornecidas na versão estável mais recente disponibilizada oficialmente pelo fabricante à época da ativação.

1.4.1.2 Durante toda a vigência contratual, deverão ser disponibilizadas ao CONTRATANTE, sem ônus adicional, todas as atualizações, evoluções, correções de falhas e patches de segurança lançados pelo fabricante.

1.4.1.3 A solução deverá ser plenamente compatível com o software Autodesk Revit utilizado pelo CJF, permitindo renderização em tempo real diretamente no ambiente de modelagem BIM, sem necessidade de exportação intermediária para aplicações externas.

1.4.1.4 A solução deverá possibilitar a geração e exportação de imagens estáticas, panorâmicas, animações e passeios virtuais, em formatos compatíveis com os padrões usuais de apresentação técnica.

1.4.1.5 As funcionalidades da solução deverão ser acessíveis diretamente pela interface do Autodesk Revit, por meio de plug-in ou integração nativa.

1.4.1.6 O fornecedor deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato, que é parceiro autorizado, revendedor oficial ou detentor de credenciamento válido junto ao fabricante da solução, garantindo a regularidade do licenciamento e o acesso ao suporte oficial.

1.4.2 Requisitos Temporais

1.4.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar as subscrições no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

1.4.2.2 Após a disponibilização das licenças, o fiscal técnico procederá à verificação de conformidade no prazo de até 10 (dez) dias úteis, emitindo o Termo de Recebimento Provisório (TRP).

1.4.2.3 Constatada qualquer inconformidade, a CONTRATADA deverá saná-la no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal.

1.4.2.4 Verificada a regularidade do fornecimento, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório.

1.4.3 Requisitos Técnicos

1.4.3.1 A solução deverá permitir geração de imagens com qualidade fotorrealista, suportando resolução mínima de 3.840 x 2.160 pixels (4K).

1.4.3.2 A ferramenta deverá disponibilizar, no mínimo, 3 (três) níveis distintos de qualidade de renderização, possibilitando ajuste entre desempenho e qualidade visual.

1.4.3.3 A solução deverá permitir configuração da taxa de quadros por segundo (FPS) para geração de animações e visualizações em tempo real.

1.4.3.4 A solução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades de exportação:

- a) exportação em lote;
- b) geração de imagens panorâmicas 360°;
- c) exportação de vídeos;
- d) geração de arquivos autônomos para compartilhamento externo;
- e) exportação com canal alfa (transparência).

1.4.3.5 A solução deverá disponibilizar biblioteca integrada de ativos tridimensionais contendo, no mínimo, 3.000 (três mil) elementos, abrangendo categorias como vegetação, pessoas, mobiliário, acessórios, veículos, equipamentos urbanos, iluminação e demais objetos de ambientação.

1.4.3.6 O software deverá ser do tipo COTS (*Commercial Off-The-Shelf*), isto é, software comercial de prateleira, padronizado e disponibilizado no mercado em condições usuais de comercialização, fornecido por meio de download oficial do fabricante ou de revendedor autorizado, e compatível com o sistema operacional Windows 11 ou superior.

1.4.4 Requisitos de suporte

1.4.4.1 A CONTRATADA deverá assegurar suporte técnico remoto durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, abrangendo:

- a) esclarecimento de dúvidas técnicas relativas à instalação, ativação e uso da solução;
- b) registro e tratamento de incidentes relacionados ao funcionamento da ferramenta;
- c) intermediação junto ao fabricante, quando necessário;
- d) disponibilização de atualizações, correções de falhas e melhorias oficialmente lançadas pelo fabricante.

1.4.4.2 O suporte técnico deverá ser prestado, no mínimo, em dias úteis, em horário comercial, por meio de canais formais de atendimento (tais como portal eletrônico, e-mail ou sistema de chamados), garantindo rastreabilidade das solicitações.

1.4.4.3 A CONTRATADA deverá informar os canais oficiais de atendimento no ato da contratação e mantê-los atualizados durante toda a vigência contratual.

1.4.5 Requisitos de capacitação

1.4.5.1 Não haverá exigência de prestação de serviços de capacitação ou treinamento por parte da CONTRATADA, considerando que a equipe técnica da unidade demandante já possui experiência na utilização de ferramentas de renderização integradas ao Autodesk Revit, inclusive com uso prévio da solução objeto da presente contratação.

1.4.6 Requisitos de sustentabilidade ambiental

1.4.6.1 A solução contratada deve prover recursos e ferramentas que auxiliem a equipe técnica da SGO na análise de desempenho energético das edificações, contribuindo para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos focados em sustentabilidade, eficiência energética e conforto térmico, visando a redução do consumo de energia e outros recursos associados nas futuras obras e reformas do CJF.

1.4.6.2 A CONTRATADA deverá observar, no que couber, para a execução dos serviços, as normas em vigor atinentes à Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, bem como os normativos internos, tais como o Plano de Logística Sustentável 2025/2026 e o Manual de Sustentabilidade nas compras e contratações do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria CJF nº 96, de 10 de fevereiro de 2023.

1.4.6.3 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CJF por ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao software elencado no presente Termo de Referência.

1.4.6.4 A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade e acessibilidade do software elencado neste Termo de Referência.

1.4.7 Requisitos legais e normativos aplicáveis ao objeto da contratação

1.4.7.1 A execução do objeto desta contratação deverá observar, no que couber, a legislação e os normativos aplicáveis, em especial:

- Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos;
- Resolução CNJ nº 468/2022, que estabelece diretrizes para as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário;
- Portaria CJF nº 232/2023, que disciplina as etapas do planejamento das contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal;
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere ao eventual tratamento de dados pessoais decorrente da utilização da solução contratada;
- Normativos internos e políticas de segurança da informação vigentes no âmbito do Conselho da Justiça Federal, que deverão ser observados pela CONTRATADA durante toda a execução contratual.

1.4.8 Requisitos de Segurança

1.4.8.1 A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade das informações do CJF a que venha a ter acesso em razão da execução contratual, comprometendo-se a não divulgar, revelar ou fornecer a terceiros quaisquer dados ou informações obtidas no curso da prestação do objeto, salvo mediante autorização formal e expressa do CONTRATANTE.

1.4.8.2 A CONTRATADA deverá assinar, previamente ao início da execução contratual, Termo de Confidencialidade e Sigilo, por meio de seu representante legal, responsabilizando-se pela preservação do sigilo das informações eventualmente acessadas.

1.4.8.3 A CONTRATADA compromete-se a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que couber, quanto ao eventual tratamento de dados pessoais decorrente da execução contratual.

1.5 Descrever solução de TIC de forma detalhada, motivada e justificada

1.5.1 A solução a ser contratada consiste na subscrição do software Enscape ArchDesign Collection, plug-in de renderização em tempo real integrado ao Autodesk Revit, destinado a apoiar as atividades de modelagem, visualização e validação de projetos arquitetônicos desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Gestão de Obras do Conselho da Justiça Federal.

1.5.2 A ferramenta permite a geração de imagens e animações fotorrealistas diretamente no ambiente BIM, possibilitando a visualização simultânea ao processo de modelagem, reduzindo retrabalhos e aprimorando a tomada de decisão durante as etapas de concepção e revisão de projetos arquitetônicos.

1.5.3 A contratação contemplará 2 (duas) licenças fixas e 2 (duas) licenças flutuantes, as quais fornecem o mesmo conjunto de funcionalidades, diferenciando-se apenas quanto ao modelo de vinculação de uso:

- a) Licença fixa: vinculada a um usuário determinado, podendo ser ativada em equipamento compatível, com uso individual;
- b) Licença flutuante: compartilhada entre usuários, permitindo utilização simultânea até o limite de licenças contratadas, sendo liberada automaticamente após o encerramento da aplicação.

1.5.4 O fornecimento da solução ocorrerá na modalidade de subscrição, incluindo direito de uso, suporte técnico oficial e acesso às atualizações e correções disponibilizadas pelo fabricante durante toda a vigência contratual.

1.5.5 A adoção do modelo de subscrição assegura continuidade operacional, atualização tecnológica constante e mitigação de riscos relacionados à obsolescência da ferramenta, garantindo aderência permanente às versões do Autodesk Revit utilizadas pelo CJF.

1.5.6 No conjunto, a solução apresenta-se como tecnicamente adequada e compatível com o ambiente tecnológico institucional, atendendo integralmente aos requisitos de negócio, técnicos, de suporte, legais e de segurança estabelecidos neste Termo de Referência.

1.6 Ciclo de vida do objeto

1. Planejamento

A contratação é estratégica para aperfeiçoar e assegurar a efetividade dos serviços de TI e de engenharia para a Justiça Federal. De acordo com o DOD, a demanda está alinhada ao:

- **Plano de Contratações Anual (PCA 2026):** prevista no Item 85;
- **Plano Diretor de TI (PDTI 2024-2026):** vinculada à iniciativa INIC-2024-017 (Atuar de forma conjunta para prover soluções para projetos e planejamento de obras). A avaliação do ciclo de vida identifica que o impacto ambiental direto é mitigado por se tratar de um produto digital (*software/plugin*), que dispensa a logística de entrega física de materiais e promove a desmaterialização de processos. Ademais, o *software* potencializará a elaboração de projetos arquitetônicos mais sustentáveis e com maior eficiência energética para o CJF.

2. Execução

A previsão de início da prestação dos serviços é em julho de 2026, com vigência de 3 anos. A execução ocorrerá de forma digital, mediante a disponibilização das licenças de uso do software para a equipe da SGO. Não há previsão de geração de resíduos sólidos ou rejeitos materiais que exijam a implementação de sistemas de Logística Reversa física no âmbito das instalações do CJF. Observa-se, no entanto, que a utilização de *softwares* de renderização em tempo real com uso de Inteligência Artificial (IA) exige alta capacidade de processamento de *hardware*, o que pode impactar o consumo de energia elétrica dos equipamentos, variável esta monitorada pelo Plano de Logística Sustentável (PLS) do CJF 2025/2026.

3. Avaliação

A avaliação deverá focar na estabilidade, desempenho e compatibilidade do *plugin* com o software Revit, garantindo que os resultados esperados de agilidade e qualidade técnica na elaboração de projetos sustentáveis e na eficiência global do planejamento sejam atingidos com eficácia.

4. Encerramento

A fase de encerramento consistirá no término do período de subscrição (3 anos). Como se trata de licenciamento de *software*, não há necessidade de descarte físico de materiais ou recolhimento de equipamentos, não gerando passivo ambiental direto ao término do contrato.

2. Fundamentação da contratação (art. 6º, XXIII, "b" c/c art. 18, §1º, I e II, lei n. 14.133/2021)

2.1 Motivação da contratação (art. 5º, Lei n. 14.133/2021)

2.1.1 A presente contratação decorre da necessidade de restabelecer a disponibilidade da solução de renderização em tempo real utilizada pela Secretaria de Gestão de Obras – SGO, cuja contratação anterior teve sua vigência expirada em 05/12/2025.

2.1.2 A ferramenta é empregada como complemento ao software Autodesk Revit, padrão institucional adotado para desenvolvimento de projetos em metodologia BIM, sendo fundamental para a visualização técnica simultânea ao processo de modelagem, validação interna de soluções arquitetônicas, identificação precoce de incompatibilidades e aprimoramento da apresentação técnica dos projetos.

2.1.3 A indisponibilidade da solução compromete a eficiência na elaboração, análise e comunicação dos projetos arquitetônicos e de engenharia desenvolvidos pela SGO, podendo ocasionar retrabalhos, aumento do tempo de maturação das soluções técnicas e redução da qualidade das entregas institucionais.

2.1.4 A contratação mostra-se, portanto, necessária para assegurar a continuidade das atividades finalísticas relacionadas ao planejamento e desenvolvimento de projetos de infraestrutura no âmbito da Justiça Federal.

2.2 Objetivos a serem alcançados

2.2.1 Restabelecer e assegurar a disponibilidade de ferramenta de renderização em tempo real integrada ao Autodesk Revit, garantindo continuidade às atividades de modelagem e desenvolvimento de projetos arquitetônicos no âmbito da Secretaria de Gestão de Obras.

2.2.2 Aprimorar a qualidade técnica e visual das representações tridimensionais dos projetos institucionais, possibilitando maior clareza na comunicação das soluções arquitetônicas e de engenharia.

2.2.3 Reduzir retrabalhos decorrentes de incompatibilidades ou inconsistências projetuais, por meio da visualização simultânea ao processo de modelagem em ambiente BIM.

2.2.4 Conferir maior celeridade ao fluxo de desenvolvimento e validação interna dos projetos, contribuindo para eficiência na tomada de decisão técnica.

2.2.5 Proporcionar melhores condições para apresentação institucional de projetos de infraestrutura da Justiça Federal, favorecendo análise, aprovação e acompanhamento das propostas arquitetônicas.

2.3 Benefícios diretos e indiretos

2.3.1 Maior celeridade na análise, validação e desenvolvimento de projetos arquitetônicos, por meio da visualização simultânea ao processo de modelagem em ambiente BIM.

2.3.2 Melhoria da qualidade técnica e visual das representações tridimensionais dos projetos institucionais.

2.3.3 Identificação precoce de incompatibilidades e inconsistências projetuais, reduzindo retrabalhos.

2.3.4 Aprimoramento da comunicação técnica nas apresentações internas e institucionais de projetos.

2.3.5 Redução do tempo de maturação das soluções arquitetônicas e de engenharia.

2.3.6 Otimização do fluxo de trabalho da Secretaria de Gestão de Obras, com melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.

2.3.7 Preservação dos investimentos já realizados em capacitação e padronização de processos baseados na metodologia BIM.

2.3.8 Maior previsibilidade na elaboração e apresentação de projetos de infraestrutura no âmbito da Justiça Federal.

2.4 Alinhamento entre a contratação e o Plano Estratégico Institucional e/ou de TI e o Plano Anual de Contratações

2.4.1 Alinhamento ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF (2021-2026):

Macrodesafio do Poder Judiciário:

- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

2.4.2 Alinhamento à Estratégia do Conselho da Justiça Federal – PE/CJF (2021-2026):

Objetivo estratégico do CJF sob a perspectiva de Pessoas e Recursos:

- Promover a transformação digital para aprimoramento dos serviços prestados pelo CJF.

2.4.3 Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (2024-2026):

- INIC-2024-001 - Aprimorar o fornecimento de serviços de TI para os usuários internos do CJF;
- INIC-2024-017 - Atuar de forma conjunta para prover soluções para projetos e planejamento de obras.

2.4.4 Alinhamento ao Plano de Contratações Anual – PCA (2026):

- Item 85 - Enscape

2.5 Referência aos Estudos Preliminares da Solução de TI

2.5.1 Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda – DOD (id. 0819832) e o Estudo Técnico Preliminar – ETP (id. 0839958) acostados ao processo SEI n. 0000164-11.2026.4.90.8000.

2.6 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados (art. 18, § 1º, IV, lei 14.133/2021)

2.6.1 A solução objeto desta contratação será utilizada pelos profissionais da Secretaria de Gestão de Obras – SGO, envolvidos nas atividades de modelagem, análise e validação de projetos arquitetônicos desenvolvidos no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

2.6.2 A estimativa do quantitativo de licenças foi definida a partir do levantamento da demanda efetiva das unidades técnicas, considerando o número de profissionais que necessitam de acesso contínuo à ferramenta, bem como a necessidade de utilização eventual e compartilhada em determinadas atividades institucionais.

2.6.3 Registra-se, ainda, que há previsão de reforço da equipe da SGO, inclusive com previsão de apoio técnico adicional às atividades de modelagem e desenvolvimento de projetos, o que poderá demandar acesso à ferramenta de renderização, justificando a adoção de licenças na modalidade flutuante, que permitem compartilhamento conforme necessidade operacional.

2.6.4 Dessa forma, definiu-se a contratação de:

- 2 (duas) licenças fixas, destinadas a usuários que demandam utilização contínua da solução no desenvolvimento de projetos;
- 2 (duas) licenças flutuantes, destinadas ao uso compartilhado entre profissionais que utilizam a ferramenta de forma eventual ou conforme necessidade específica.

2.6.5 O quantitativo proposto foi dimensionado de forma proporcional à demanda atual identificada e às perspectivas de utilização da ferramenta durante a vigência contratual, buscando assegurar a continuidade das atividades técnicas sem superdimensionamento da contratação, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

2.7 Análise de mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação com o levantamento das soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, seus respectivos valores, bem como a definição e a justificativa da escolha da solução

2.7.1 A análise de mercado da solução objeto da presente contratação foi realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar que instrui este processo, nos termos do art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021.

2.7.2 Foram avaliadas alternativas baseadas em software livre ou público, desenvolvimento interno de solução própria e aquisição de ferramenta comercial disponível no mercado. Concluiu-se que as alternativas de software livre e de desenvolvimento interno não se mostraram tecnicamente adequadas nem economicamente proporcionais à necessidade institucional, considerando os requisitos de integração nativa ao Autodesk Revit, renderização em tempo real, biblioteca de ativos incorporada e suporte técnico especializado.

2.7.3 No levantamento de mercado de soluções comerciais consolidadas, foram analisadas, de forma comparativa, as ferramentas Lumion Pro 2025 e Enscape ArchDesign Collection, ambas amplamente adotadas no segmento de arquitetura e engenharia. A análise técnica e econômica demonstrou que a solução Enscape ArchDesign Collection apresenta maior aderência aos requisitos definidos, especialmente quanto à integração direta ao ambiente BIM do Autodesk Revit, ao fluxo contínuo de modelagem e à flexibilidade do modelo de licenciamento.

2.7.4 Os custos estimados das soluções foram apurados com base em contratos públicos referenciais constantes do Mapa de Preços (id. 0840575), conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (id. 0839958), observando-se parâmetros praticados por órgãos e entidades da Administração Pública.

2.7.5 Dessa forma, a escolha da solução Enscape ArchDesign Collection fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos devidamente demonstrados, evidenciando sua adequação à necessidade institucional.

2.8. Custo total estimado para a contratação (art. 6º, XXIII, "i", lei n. 14.133/2021)

2.8.1 O custo total estimado para a presente contratação é de R\$ 60.135,68 (sessenta mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), correspondente à subscrição de 2 (duas) licenças fixas e 2 (duas) licenças flutuantes da solução Enscape ArchDesign Collection, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

2.8.2 O valor estimado foi apurado com base em preços públicos referenciais constantes do Mapa de Preços (id. 0840575), elaborado a partir de contratos administrativos celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, observando-se parâmetros praticados no mercado nacional para solução equivalente.

2.8.3 O valor anual equivalente estimado corresponde a R\$ 20.045,23 (vinte mil e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos), considerando a vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses.

2.8.4 A adoção de vigência contratual plurianual encontra-se justificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP (id. 0839958), no qual foi demonstrada a vantajosidade da contratação nesse formato. Destaca-se que o modelo de subscrição da solução contempla, em seu preço global, o direito de uso, suporte técnico e atualizações durante todo o período contratado, mediante pagamento realizado no início da execução contratual, dispensando a necessidade de renovações anuais e reduzindo os custos administrativos decorrentes de novas contratações.

2.8.5 Assim, a contratação pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses mostra-se economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, ao proporcionar maior previsibilidade orçamentária, redução de custos administrativos e estabilidade na utilização da solução durante todo o período contratado

Tipo de licença	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Enscape ArchDesign Collection - Licença fixa	2	R\$ 10.637,35	R\$ 21.274,70
Enscape ArchDesign Collection - Licença flutuante	2	R\$ 19.430,49	R\$ 38.860,98
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO			R\$ 60.135,68

2.9 Natureza do objeto a ser contratado (art. 6º, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII ou XVIII)

2.9.1 O objeto da presente contratação consiste na subscrição de solução de software do tipo COTS (*Commercial Off-The-Shelf*), isto é, software comercial de prateleira, padronizado e disponibilizado no

mercado em condições usuais de comercialização, com direito de uso, atualizações e suporte técnico durante a vigência contratual.

2.9.2 Trata-se de serviço comum de Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente disponíveis no mercado.

2.9.3 Quanto à sua natureza, o objeto caracteriza-se como serviço de fornecimento contínuo, na forma do art. 2º da Instrução Normativa CJF nº 12/2022, uma vez que sua interrupção pode comprometer a regular execução das atividades de desenvolvimento e validação de projetos arquitetônicos no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

2.10 Justificativa para o parcelamento ou não da solução de TIC (art. 18, § 1º, VIII, lei n. 14.133/2021)

2.10.1 Em observância ao princípio do parcelamento previsto nos arts. 40 e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica de contratação separada dos itens constantes no item 1.1 deste Termo de Referência.

2.10.2 Verificou-se que as licenças fixas e flutuantes correspondem a modalidades distintas de utilização da mesma solução tecnológica, não configurando objetos autônomos ou independentes, mas apenas formas diversas de acesso ao mesmo software, fornecido pelo mesmo fabricante e submetido às mesmas condições de suporte, atualização e licenciamento.

2.10.3 O eventual parcelamento com contratação separada poderia gerar fragmentação contratual, dispersão de responsabilidades e maior complexidade na gestão e fiscalização do contrato, sem qualquer ganho técnico, econômico ou de competitividade.

2.10.4 Ademais, por se tratar de solução padronizada e amplamente disponibilizada no mercado, qualquer fornecedor autorizado poderá ofertar todas as modalidades de licenciamento previstas, inexistindo prejuízo à competitividade da contratação.

2.10.5 Diante do exposto, conclui-se que a contratação deverá ser realizada de forma conjunta, abrangendo todos os itens descritos no item 1.2, por se tratar de solução única e integrada, revelando-se tal medida a mais adequada e vantajosa para a Administração.

2.11 Permissão consórcio, subcontratação e cooperativa da solução de TIC, justificando-se a decisão (arts. 15 e 122, lei n. 14.133/2021)

2.11.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, considerando que a presente contratação consiste no fornecimento direto de subscrição de software padronizado, cuja execução deve ser realizada por fornecedor autorizado pelo fabricante, a fim de garantir a regularidade do licenciamento, o direito às atualizações e o suporte técnico oficial.

2.11.2 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto financeiro que justifique a conjugação de capacidades empresariais, podendo ser plenamente executado por empresa individualmente habilitada no mercado.

2.11.3 A admissão de consórcio, no presente caso, não ampliaria a competitividade, podendo, ao contrário, aumentar a complexidade administrativa da contratação e da fiscalização contratual.

2.11.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que atendam às disposições do art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e comprovem a capacidade de executar integralmente o objeto contratado, nas mesmas condições exigidas das demais empresas.

3. Forma e critério de seleção de fornecedor (art. 6º, XXIII, "h", lei n. 14.133/2021)

3.1 Modalidade e critério de julgamento (arts. 28 e 33, lei n. 14.133/2021)

3.1.1 A presente contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço comum de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

3.1.2 O critério de julgamento será o menor preço global, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento.

3.1.3 O valor máximo admitido para contratação corresponde ao custo total estimado constante do item 2.8.

3.1.4 Os preços apresentados deverão ser finais e definitivos, neles incluídos todos os tributos, encargos, custos diretos e indiretos necessários ao pleno cumprimento do objeto contratual.

3.1.5 Embora o valor estimado da contratação possa se enquadrar na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, considerando que o montante estimado da contratação se aproxima do limite estabelecido para a referida hipótese no Anexo do Decreto nº 12.807/2025. A adoção do procedimento licitatório visa ampliar a competitividade, assegurar maior transparência ao processo de contratação e reduzir riscos associados à eventual variação de preços durante a fase de disputa.

3.2 Critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, XXIII, "h", lei n. 14.133/2021)

3.2.1 Critérios técnicos

3.2.1.1 A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, de forma clara e objetiva, contendo a descrição completa da solução ofertada, com indicação expressa da versão, modalidade de licenciamento e quantitativos propostos.

3.2.1.2 A proposta deverá estar acompanhada de documentação técnica suficiente para comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, podendo ser apresentados manuais, catálogos, documentos técnicos oficiais ou links públicos do fabricante.

3.2.1.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimento de informações constantes da proposta, inclusive para confirmação do atendimento integral às especificações técnicas exigidas.

3.2.1.4 Será considerada apta a proposta que demonstrar atendimento integral aos requisitos técnicos, legais e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.2.2 Qualificação técnica

3.2.2.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, a licitante deverá demonstrar aptidão para o fornecimento do objeto desta contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2.2 A licitante deverá comprovar ser fabricante ou revendedora/parceira autorizada da solução ofertada, mediante apresentação de documento válido emitido pelo fabricante, no momento da assinatura do contrato.

3.2.3 Margem de preferência

3.2.3.1 Lei nº 8.248/1991:

3.2.3.1.1 Nos termos da Lei nº 8.248/1991, não será aplicada margem de preferência para bens manufaturados nacionais, uma vez que o objeto da contratação consiste em subscrição de software, não se caracterizando como bem manufaturado, além de não estar contemplado no rol de itens passíveis de aplicação de margem de preferência constante do Anexo I da Resolução CICS/MGI nº 7/2024.

3.2.3.2 Decreto nº 8.538/2015:

3.2.3.2.1 Considerando que o valor anual estimado da contratação não ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplica-se o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, devendo a participação no certame ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, salvo justificativa técnica em sentido diverso.

3.2.3.2.2 Aplicam-se, no que couber, as demais disposições do Decreto nº 8.538/2015.

4 Modelo de execução e de gestão do contrato (art. 6º, XXIII, "f", lei n. 14.133/2021)

4.1 Vigência (art. 105, lei n. 14.133/2021)

4.1.1 O prazo de vigência do contrato será de:

a) até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, para as etapas de entrega/disponibilização das subscrições e aceitação da solução;

b) 36 (trinta e seis) meses a partir do termo de recebimento definitivo do item anterior.

4.1.2 O contrato poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

4.1.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

4.1.4 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sendo que esta extinção poderá ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e, ainda, não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

4.2 Reajuste (art. 6º, LIX, lei n. 14.133/2021)

4.2.1 Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data do orçamento estimado pela Administração, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 O reajuste terá como limite máximo a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e aquela em que se verificar o mês anterior ao transcurso do prazo de 36 (trinta e seis) meses da data do orçamento.

4.2.3 Os reajustes subsequentes observarão a variação acumulada dos 36 (trinta e seis) subsequentes ao término do período considerado no reajuste anterior.

4.2.4 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

4.2.5 Caso o índice estabelecido seja extinto ou deixe de ser divulgado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou outro que melhor reflita a variação dos custos do setor de tecnologia da informação.

4.3 Obrigações contratuais da contratante e da contratada

4.3.1 Deveres e responsabilidades do Contratante

4.3.1.1 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações assumidas, especialmente quanto ao fornecimento das informações indispensáveis à ativação das subscrições.

4.3.1.2 Designar gestor e fiscais para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

4.3.1.4 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer inconformidades verificadas no fornecimento das subscrições, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

4.3.1.5 Emitir o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da conformidade da solução disponibilizada.

4.3.1.6 Atestar as notas fiscais/faturas e efetuar o pagamento devido, desde que cumpridas as condições contratuais.

4.3.1.7 Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, em caso de descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

4.3.2 Deveres e responsabilidades da Contratada

4.3.2.1 Atender integralmente aos requisitos técnicos, funcionais, de suporte, legais e de segurança definidos neste Termo de Referência.

- 4.3.2.2 Disponibilizar e ativar as subscrições contratadas nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.
- 4.3.2.3 Sanar, às suas expensas, eventuais vícios, falhas ou inconformidades no fornecimento das licenças ou no acesso à solução, no prazo estabelecido pela Administração.
- 4.3.2.4 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações previstas na legislação vigente, não havendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o CONTRATANTE.
- 4.3.2.5 Responder integralmente por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual.
- 4.3.2.6 Manter sigilo sobre quaisquer informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato, observando o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 4.3.2.7 Fornecer acesso à documentação técnica, manuais de usuário e base de conhecimento oficial da solução, durante toda a vigência contratual.
- 4.3.2.8 Prestar suporte técnico remoto nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 4.3.2.9 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 4.3.2.10 Indicar formalmente preposto para interlocução com o gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.
- 4.3.2.11 Apresentar notas fiscais/faturas contendo a discriminação clara dos itens contratados e respectivos valores através do Portal SIGEO.
- 4.3.2.12 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0> no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para posterior apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) e certidões negativas com vistas à liquidação e pagamento das faturas. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 4.3.2.13 Restituir ao CONTRATANTE, no prazo máximo estabelecido na Guia de Recolhimento da União – GRU, quaisquer valores eventualmente antecipados, na proporção do período não executado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento contratual ou similar.
- 4.3.2.14 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, na forma do art. 92, inciso XVII da Lei 14.133/21, bem como comprovar, na data de assinatura do contrato, que possui empregados nessa qualidade.

4.3.2.15. É vedado à CONTRATADA:

- 4.3.2.15.1. Ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;
- 4.3.2.15.2. A vedação constante no subitem anterior se estende às contratações cujo procedimento de contratação tenha sido deflagrado quando os servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 4.3.2.15.3 A contratação de empresa pertencente a parente de servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo CJF, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo de contratação;
- 4.3.2.15.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- 4.3.2.15.5 Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem

o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

4.3.2.15.6 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência.

4.4 Papéis a serem desempenhados durante a execução contratual

4.4.1 Pela CONTRATANTE

4.4.1.1 Equipe de Fiscalização do Contrato: o objeto desta contratação será fiscalizado por servidor ou comissão de servidores do CONTRATANTE, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual. À Equipe de Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar o fornecimento dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

4.4.1.2 A ação da Equipe de Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

4.4.2. Pela CONTRATADA

4.4.2.1 Representante legal: pessoa formalmente designada e devidamente autorizada a firmar contrato em nome da CONTRATADA;

4.4.2.2 Preposto: nomeado pelo representante legal no início da execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, que atuará como representante da CONTRATADA durante a execução contratual, observado o disposto no item 4.3.2.10.

4.5 Dinâmica de execução contratual

4.5.1 Procedimentos

4.5.1.1 A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto para interlocução com o gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.

4.5.1.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar e ativar as subscrições contratadas no prazo estabelecido neste Termo de Referência, observadas as especificações técnicas e quantitativos previstos.

4.5.1.3 Após a disponibilização das licenças, o Fiscal Técnico procederá à verificação de conformidade quanto ao atendimento dos requisitos técnicos e funcionais.

4.5.1.4 Estando o objeto em conformidade, será emitido o Termo de Recebimento Provisório – TRP.

4.5.1.5 Constatada a regularidade da solução e inexistindo pendências, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

4.5.1.6 Constatadas inconformidades, a CONTRATADA será formalmente notificada para saná-las no prazo previsto neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.5.1.7 Após o recebimento da Nota Fiscal e da documentação exigida, o Gestor do Contrato realizará o ateste e autorizará o pagamento, nos termos deste instrumento.

4.5.2 Instrumentos formais para fornecimento do objeto

4.5.2.1 O CONTRATANTE emitirá Ordem de Fornecimento à CONTRATADA para formalizar a solicitação de disponibilização das subscrições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.5.2.2 A Ordem de Fornecimento deverá conter, no mínimo, o quantitativo de subscrições, a modalidade de licenciamento, o período de vigência e demais informações necessárias à execução do objeto.

4.5.2.3 A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de 1 (um) dia útil.

4.5.3 Forma de comunicação

4.5.3.1 A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre a CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA, poderá ser estabelecida de forma eletrônica, com a utilização de correio eletrônico. Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

4.5.3.2 Para fins de comunicação operacional relacionada à execução contratual, a unidade responsável será a Secretaria de Gestão de Obras – SGO, unidade gestora do contrato, conforme indicado no item 4.11 deste Termo de Referência, podendo ser contatada por meio do e-mail obras@cjf.jus.br ou pelo telefone (61) 3022-7090, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

4.5.4 Prazos de execução

4.5.4.1 O prazo para a entrega do objeto será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.5.4.2 Caso as subscrições sejam disponibilizadas em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência ou apresentem falhas que impeçam sua regular utilização, serão rejeitadas parcial ou totalmente, conforme o caso, devendo a CONTRATADA sanar as inconformidades no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal do CONTRATANTE, sob pena de caracterização de atraso na execução contratual.

4.5.4.3 Na contagem dos prazos previstos neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias úteis de expediente no Conselho da Justiça Federal.

4.5.4.4 Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou sem fundamentação adequada, ficando a aceitação da justificativa a critério do CONTRATANTE.

4.5.4.5 Eventual pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalizado por escrito, antes do término do prazo originalmente fixado, acompanhado da devida justificativa e documentação comprobatória, ficando sua concessão condicionada à análise do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.5.4.6 A CONTRATADA deverá cumprir os eventos descritos na tabela a seguir, respeitando os prazos máximos estabelecidos:

Marco	Prazo Máximo (em dias)	Evento	Responsável
D0	-	Assinatura do Contrato	CJF e CONTRATADA
D1	-	Emissão Ordem de Fornecimento	CJF
D2	D1+1 (dia útil)	Confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento	CONTRATADA
D3	D0+5 (dias úteis)	Cadastro no SIGEO	CONTRATADA
D4	D0+5 (dias úteis)	Apresentação do preposto	CONTRATADA
D5	D2+10 (dias úteis)	Entrega do objeto e documentação comprobatória	CONTRATADA

D6	D5+10 (dias úteis)	Emissão do Termo de Recebimento Provisório - TRP.	CJF
D7	D6+15 (dias corridos)	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.	CJF

4.5.5 Acompanhamento e verificação da execução contratual, dos prazos de garantia e dos níveis de serviços exigidos

4.5.6.1 O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato a ser firmado será o(s) servidor(es) designado(s) pela Administração, que atuará(ão) orientando, fiscalizando e intervindo no interesse do CJF, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes.

4.5.6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de software/licença inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CJF ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da lei n. 14.133/2021.

4.5.6.3 É direito da fiscalização rejeitar o objeto instalado quando entender que se encontra fora das especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.6.4 À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

4.5.6.4.1 Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas a CONTRATADA;

4.5.6.4.2 Solicitar à CONTRATADA ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da instalação dos softwares/subscrições e à boa execução dos serviços;

4.5.6.4.3 Acompanhar e avaliar a execução dos serviços pela CONTRATADA, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;

4.5.6.4.4 Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência; e,

4.5.6.4.5 Zelar para que o objeto do ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado entre as partes.

4.6. Recebimento do objeto (art. 140, lei n. 14.133/2021)

4.6.1 O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto no artigo 140 da Lei n. 14.133/2021, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:

4.6.1.1 Provisoriamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da disponibilização das subscrições, mediante termo de recebimento provisório, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

4.6.1.2 Definitivamente, em até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a constatação do bom funcionamento, mediante termo de recebimento definitivo, desde que de não haja qualquer irregularidade, o que não exime a CONTRATADA de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

4.6.1.3 Caso o objeto contratado esteja em desconformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA obrigará-se a adotar providências no sentido de adequá-los de acordo com o prescrito neste Termo, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

4.6.1.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, sendo que nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

4.6.1.5 A emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, de que as subscrições fornecidas foram devidamente registradas e ativadas junto ao

fabricante da solução, em nome do CONTRATANTE, assegurando o acesso às atualizações e ao suporte técnico durante toda a vigência da subscrição. A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documento emitido pelo fabricante, registro no portal oficial da solução ou outro meio idôneo que demonstre a regularidade do licenciamento.

4.6.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos em lei ou pelo contrato.

4.7. Critérios de medição e pagamento (art. 6º, XXIII, "g", lei n. 14.133/2021)

4.7.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica correspondente ao fornecimento do bem e/ou execução do serviço.

4.7.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato pelo sistema SIGEO, com cópia no e-mail: obras@cjf.jus.br.

4.7.1.2 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia / mês / ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

4.7.1.3 A Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, ser inserida no sistema SIGEO e comunicado ao gestor do contrato, conforme previsto nas obrigações da CONTRATADA.

4.7.2 Após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, o gestor do contrato emitirá o atesto em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal, que será encaminhada à área financeira para:

a) liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de:

a.1) 5 (cinco) dias úteis nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

a.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

b) pagamento, a contar da liquidação da despesa, no prazo de:

b.1) 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

b.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

4.7.2.1 O prazo para liquidação de despesa poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7.2.1.1 O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

4.7.3 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

4.7.4 Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação, ambas inseridas no SIGEO e atualizadas periodicamente:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

e) Outros documentos necessários para auxiliar na gestão, fiscalização e pagamentos.

4.7.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

4.7.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa nº 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal.

4.7.5.2 Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

4.7.6. O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

4.7.6.1. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

4.7.7 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização, se requerida pela CONTRATADA; para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

4.7.7.1 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

4.7.8 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

4.7.9 Os pagamentos decorrentes dos contratos firmados pelos demais órgãos observarão os prazos, procedimentos e normativos internos de execução orçamentária e financeira aplicáveis a cada órgão.

4.8 Adequação Orçamentária (art. 6º, XXIII, "j", lei n. 14.133/2021)

4.8.1 A despesa em questão está prevista no Plano Anual de Contratações - PCA 2026 do Conselho da Justiça Federal (item 85);

4.8.2 Há previsão orçamentária para o exercício de 2026, sob a natureza de despesa:

33.90.40.06 - Locação de Softwares

4.9 Sanções (art. 156, lei n. 14.133/2021)

4.9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA (pessoa jurídica ou física) que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

4.9.2 A CONTRATADA que cometer a infração discriminada no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

4.9.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE, não interfiram diretamente na execução do objeto e não comprometam prazos e/ou serviços;

4.9.3 Multas moratórias, nos seguintes casos:

4.9.3.1 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual não prevista em penalidade específica neste instrumento, até o limite de 10% (dez por cento). Após esse limite, será considerado INEXECUÇÃO PARCIAL do objeto.

4.9.3.2 Multa Moratória de 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na disponibilização ou entrega do objeto descrito na Ordem de Fornecimento, até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo, poderá ser considerada INEXECUÇÃO TOTAL das obrigações contratuais.

4.9.3.3 Considera-se atraso injustificado aquele que não decorra dos seguintes motivos, devidamente fundamentados nos autos:

a) alteração das especificações, pelo CONTRATANTE;

- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.9.3.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

4.9.4 Multas compensatórias, nos seguintes casos:

4.9.4.1 A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

4.9.4.2 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de INEXECUÇÃO PARCIAL das obrigações contratuais;

4.9.4.3 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de INEXECUÇÃO TOTAL das obrigações contratuais.

4.9.5 Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

4.9.5.1 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

4.9.5.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

4.9.5.3 Dar causa à inexecução total do contrato:

a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

4.9.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.9.7 Os efeitos persistirão enquanto durarem os motivos que deram causa à aplicação da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação da empresa perante a unidade sancionadora.

4.9.8 A reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.

4.9.9 Quando a ação ou omissão da CONTRATADA se enquadrar em tipos distintos de penalidades, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave.

4.9.10 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

4.9.11 As penalidades de multa moratória ou compensatória não serão cumuladas.

4.9.12 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas e os profissionais que:

4.9.12.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

4.9.12.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

4.9.12.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4.9.13 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

4.9.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4.9.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

4.9.16 Desconto do valor da multa – O valor da multa deverá ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela CONTRATADA;

4.9.17 Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

4.9.17.1 Descontado dos créditos que a CONTRATADA fizer jus;

4.9.17.2 Cobrado judicialmente.

4.9.18 A CONTRATADA poderá apresentar recurso administrativo contra a aplicação das penalidades no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato.

4.10 Local da execução contratual

4.10.1 Os serviços serão prestados de forma remota, por meio dos canais de comunicação descritos neste Termo de Referência.

4.10.2 Do endereço da CONTRATANTE:

4.10.2.1 A Sede do Conselho da Justiça Federal está localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70200-003.

4.11 Unidade Gestora

Secretaria de Gestão de Obras (SGO)

Telefone: (61) 3022-7090 / E-mail: obras@cjf.jus.br

4.12 Transferência de conhecimento

4.12.1 Considerando que o objeto da contratação consiste em subscrição de software comercial de prateleira, padronizado e disponibilizado no mercado em condições usuais de comercialização, não se verifica a necessidade de transferência formal de conhecimento ou realização de capacitação específica pela CONTRATADA.

4.12.2 A CONTRATADA deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, acesso à base de conhecimento oficial do fabricante, documentação técnica atualizada e manuais de usuário da solução.

4.13 Confidencialidade de informações (art. 32, § 2º, lei n. 14.133/2021)

4.13.1 A CONTRATADA compromete-se a manter, sob caráter confidencial, mesmo após o término ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

4.13.2 Consideram-se informações confidenciais, para os fins deste contrato, sem prejuízo de outras assim qualificadas pela legislação ou pelo CONTRATANTE, dentre outras:

4.13.2.1 Informações relativas à política de segurança da informação do CJF, quando eventualmente acessadas;

4.13.2.2 Dados, documentos, projetos, imagens ou quaisquer informações técnicas do CONTRATANTE que venham a ser acessados ou compartilhados no âmbito da prestação do suporte técnico;

4.13.2.3 Informações administrativas, técnicas ou operacionais não públicas relacionadas às atividades do CJF.

4.13.3 A CONTRATADA deverá assinar Termo de Confidencialidade, conforme especificado no Anexo I, comprometendo-se formalmente ao cumprimento das obrigações de sigilo previstas neste instrumento.

5. Equipe de Planejamento da Contratação - EPC

5.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nomeada por intermédio da Portaria CJF n. 112/2026 (id. 0832668), identificada adiante:

Integrante		Nome	Matrícula
Requisitante	Titular	MÔNICA REGINA FERREIRA ANTUNES	459
	Suplente	VIVIANE MENEZES XAVIER DE SOUZA	973
Técnico	Titular	MARCELO SARAIVA DE FREITAS	1115
	Suplente	BRENDA LILIAN MARINHO DE ALMEIDA	1154
Administrativo	Titular	GERALDO COSTA CAVALCANTE NETO	1106
	Suplente	JOSIAS FERREIRA ALVES NETO	1061

ANEXO I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA CONTRATADA

1. O CONTRATANTE, para execução do objeto contratado, terá acesso aos dados pessoais de representantes da CONTRATADA, tais como: CPF; RG; endereço eletrônico; entre outros que possam ser exigidos durante a execução, em harmonia com as regras estabelecidas na Lei n. 13.709/2018 (LGPD), em especial, às disposições contidas nos arts. 23 a 30.

2. A CONTRATADA declara que tem conhecimento das disposições constantes da LGPD e se compromete a adequar todos os seus procedimentos internos aos comandos da lei, com o intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE ou terceiros, durante a execução do contrato.

2.1. Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais da CONTRATANTE no âmbito e nos limites técnicos das suas atividades, sendo autorizada a conservação na forma prevista em lei, em especial:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
- d) uso exclusivo da CONTRATADA, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente ocorrido com dados pessoais (ex: situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma inadequada de utilização) em que são acessados, sem a devida autorização, dados pessoais do CONTRATANTE ou de terceiros, durante a execução do contrato, devendo adotar as providências cabíveis, em especial, ao disposto no art. 48 da LGPD.

4. Das Obrigações Comuns das Partes:

a) é vedada às partes a utilização, bem como do repasse a terceiros, a qualquer título, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para a finalidade distinta da prevista no objeto da

contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, ressalvada a hipótese de repasse para abranger obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

b) as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (LGPD);

c) As partes responderão administrativa e judicialmente pelos danos (patrimonial, moral, individual ou coletivo) causados aos titulares de dados pessoais, quando esses forem repassados em desacordo com a LGPD, durante a execução contratual.

5. Das Obrigações específicas da CONTRATADA:

a) a CONTRATADA, a partir do momento em que toma conhecimento das informações sobre o ambiente computacional do CJF, aceita as regras, condições e obrigações constantes deste termo.

b) a expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

6. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas a que teve acesso.

7. A CONTRATADA se compromete a não utilizar e a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato, as informações restritas a que teve acesso.

8. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações a que teve acesso fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas ao contrato, devendo cientificá-los da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

9. A CONTRATADA se obriga a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

10. A quebra do sigilo das informações restritas a que teve acesso, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, incorrerá em falta grave e possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o CJF e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

11. O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do CONTRATANTE.

12. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, as partes assinam o presente termo por meio de seus representantes legais.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Regina Ferreira Antunes, Subsecretário(a) - Subsecretaria de Projetos e Acompanhamento de Obras**, em 07/05/2026, às 17:31, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Costa Cavalcante Neto, Chefe - Seção de Apoio ao Planejamento das Contratações**, em 07/05/2026, às 17:45, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Saraiva de Freitas, Chefe - Seção de Atendimento e Suporte a Usuários**, em 07/05/2026, às 17:52, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0862071** e o código CRC **6FA5BE0C**.
